

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.º ANO – Turma A

13 de Janeiro de 2017

I

Responda sucintamente a **três** das seguintes questões:

1. O Direito das Gentes é um Direito dos Povos ou um Direito dos Estados?
A resposta deve definir o Direito das Gentes, explicando a sua origem e a sua definição como Direito Natural aplicado às relações entre Povos (Francisco de Vitória) ou entre Estados (Francisco Suarez, Hugo Grócio), bem como a existência de princípios imutáveis e comuns a todas as épocas.
A resposta deve analisar as várias concepções de Direito das Gentes, com especial enfoque para as correntes jusnaturalistas.
2. Qual a relevância da Paz de Vestefália nas Relações Internacionais da Época Moderna?
A resposta deve referir o contexto dos conflitos religiosos do século XVI e a Guerra dos Trinta Anos como conflito político que extrapolou o problema religiosos e cujo termo corresponde aos tratados da “Paz de Vestefália” (1648). A resposta deve referir a polémica acerca do significado da “Paz de Vestefália”, nomeadamente na construção do estado Moderno, do princípio da soberania e da afirmação do Estado-nação, da igualdade entre Estados, do princípio “*cuius regio, eius religio*”, do princípio do equilíbrio.
3. A Associação Internacional do Congo pôde legitimamente converter-se em Estado?
A resposta deve referir a importância da “questão africana” no século XIX, a criação da AIECA e da AIC com a finalidade de prosseguir em África os interesses coloniais da Bélgica e o reconhecimento da AIC como Estado Livre do Congo a partir de 1884 por vários Estados e também, em 1885, no decorrer da Conferência de Berlim, por Portugal, após longa resistência e sob coacção. A resposta deve discutir a legitimidade da transformação de uma associação em Estado soberano pelo mero reconhecimento sucessivo de vários Estados.
4. Existe terrorismo de Estado?
A resposta pode ser afirmativa ou negativa, consoante a argumentação apresentada. A resposta deve definir o terrorismo e explicar a sua origem histórica, referir a sua natureza predominantemente interna até ao final do séc. XX e a mudança de paradigma no início do séc. XXI. A resposta deve mencionar a actuação estatal através de meios utilizados pelas organizações terroristas, provocando medo generalizado entre a população ou entre grupos populacionais, optando por caracterizar essa actuação como terrorismo ou negando tal classificação

II

Comente **um** dos seguintes textos:

1. “Prova-se em sexto lugar que o fim da guerra é a paz e a segurança da República, como afirma Santo Agostinho. Mas não pode haver segurança na República a menos que os inimigos sejam constrangidos a não atacar pelo medo da guerra.”

FRANCISCO DE VITÓRIA,
De Indis Relectio Posterior,
sive De lure Belli Hispanorum in Barbaros

A resposta deve comentar o texto de Francisco de Vitória, enquadrando-o no tempo, espaço e contexto político e religioso.

A resposta deve referir a construção da doutrina da guerra justa por Santo Agostinho e o seu desenvolvimento pelos autores medievais seguintes bem como a sua reconstrução por São Tomás de Aquino.

A resposta deve referir os requisitos da guerra justa: a justa causa (motivo que justifica a acção bélica), a declaração por autoridade legítima e a recta intenção (de correcção mas não de vingança). Deve também fazer referência à legítima defesa como causa justa e suficiente.

A resposta deve explicar a distinção entre o *ius ad bellum* e o *ius in bello*, como exigência de justificação da guerra e como limite aos meios utilizados durante o seu decurso.

A resposta deve referir o recurso e renovação da doutrina da guerra justa pela Segunda Escolástica no contexto da expansão ultramarina e na relação com habitantes do Novo Mundo, em especial na América espanhola.

2. “Os Estados Partes no presente Estatuto: [...]

Tendo presente que, no decurso deste século, milhões de crianças, homens e mulheres têm sido vítimas de atrocidades inimagináveis que chocam profundamente a consciência da Humanidade; [...]

Determinados [...] a criar um tribunal penal internacional com carácter permanente e independente no âmbito do sistema das Nações Unidas, e com jurisdição sobre os crimes de maior gravidade que afectem a comunidade internacional no seu conjunto”

Preâmbulo, Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998)

A resposta deve comentar o texto e referir a violação em larga escala e tentativa de protecção dos Direitos Humanos na esfera internacional.

O comentário deve referir, no âmbito da ONU, a criação e intervenção dos tribunais penais internacionais no pós-II Guerra Mundial, os novos tribunais penais internacionais criados a partir da década de 1990 e, em especial, a criação do Tribunal Penal Internacional, com natureza permanente, e a importância do Estatuto de Roma de 1998.

O comentário deve referir a independência (da própria ONU, apesar da colaboração estreita), a competência (genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra), a jurisdição do TPI (com natureza excepcional e complementar) e a consagração dos princípios fundamentais da jurisdição penal pelo Estatuto de Roma.

O comentário também deve referir a não ratificação de três dos países do Conselho de Segurança da ONU e de outros grandes Estados como possível bloqueio da actuação do Tribunal.

III

Tendo em atenção a evolução histórica, **desenvolva o tema do texto:**

“Artigo 109º

- 1- Uma Conferência Geral dos membros das Nações Unidas, destinada a rever a presente Carta, poderá reunir-se em data e lugar a serem fixados pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Geral e de nove de quaisquer membros do Conselho de Segurança. Cada membro das Nações Unidas terá um voto nessa Conferência.
- 2- Qualquer modificação à presente Carta que for recomendada por dois terços dos votos da Conferência terá efeito depois de ratificada, de acordo com as respectivas regras constitucionais, por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.”

Carta das Nações Unidas

A resposta deve comentar o texto e nesse comentário identificar a Organização das Nações Unidas (ONU), o seu processo de formação no pós-II Guerra e caracterizar brevemente a organização e os seus fins.

A resposta deve centrar-se no comentário do texto para:

- Explicitar o papel do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, a sua composição e a sua forma de funcionamento, bem como as suas diferentes atribuições e os problemas que a sua actuação de ambos os órgãos foi suscitando
- Explicar a relevância da manutenção da paz como um dos fins mais importantes da ONU (art. 1º, nº 1 da Carta das Nações Unidas) e como causa primeira da sua existência;
- Analisar criticamente a actuação da ONU na actualidade, as suas fragilidades e a disparidade de critérios em diferentes conflitos internacionais;
- Referir as propostas para a Reforma institucional da ONU e as hipóteses de viabilidade das mesmas, tendo em conta o artigo 109º, as reformas anteriores e o contexto político-institucional do presente.

Cotação:

I. 3 VALORES cada questão; **II.** 6 VALORES; **III.** 5 VALORES.